



CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR IV S.A.

CNPJ/MF nº 41.813.090/0001-17

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	402	819
Impostos a compensar	8	1.085	1
Adiantamentos a fornecedores	10	7	-
Outros créditos	10	206	-
Total circulante	1.700	820	
Partes relacionadas	9	3.239	1
Imobilizado em andamento	11	185.439	6.500
Total do ativo	190.377	7.320	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implementação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Monte Verde Solar IV e a comercialização de energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 81, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **Autorização do Parque Monte Verde Solar IV:** Em 20 de agosto de 2021 o Parque Solar foi autorizado pelo ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 12 de dezembro de 2054. Em dezembro de 2021 a Companhia firmou contrato de venda de energia 11,13 MW médio de energia para período de 15 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração Monte Verde Solar IV, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR se deu pelo prazo de 15 anos, com início previsto para 2 semestre de 2024.

Central Monte Verde Solar IV

Usinas
Modalidade
Outorga
Estado
Capacidade instalada (MW)
Data do início da outorga
Autorização / Registro
Início
Término
1.1 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ (88.057), devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equipacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora. (iii) entrada em operação do parque solar prevista para o 2 semestre de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), incluídas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes propriedades das demonstrações financeiras, e, especialmente, elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para continuar operando no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma alteração material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 04 de junho de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor justo para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 19 de instrumentos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • **Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa n° 11); • **Derivativos contratados:** classificação dos instrumentos financeiros (nota explicativa n° 14); • **Provisões para riscos trabalhistas e civis:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa n° 20).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque sócio. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra do imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques edícos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato

Contraparte 31/12/2023 31/12/2022

Ativo

Partes relacionadas

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura

EDP Renováveis Brasil S.A. 3.239 1

Total 3.239 1

Passivo

Fornecedores

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura

EDP Renováveis Brasil S.A. (24.725) (1.629)

MV Solar II, III (1.138) (1.629)

Total (25.863) (1.629)

Adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos a pagar

Adiantamento para futuro aumento de capital

EDP Renováveis Brasil (54.047) (1.629)

Total (54.047) (1.629)

Custo do serviço

Compartilhamento de custos

EDP Renováveis Brasil (36) -

Total (36) -

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **9.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daquelas definidas pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS

Circulante

Adiantamentos a fornecedores material e serviço

7 -

Outros créditos (a)

206 -

Total 213 -

(a) Custo para obtenção de empréstimos a serem reconhecidos no passivo após a liberação de crédito pelo banco financeiro.

11. IMOBILIZADO

Imobilizado em curso

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Imobilizado em curso

6.500 6.500

Total 6.500 6.500

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

Total 185.439 185.439

Custo histórico Valor líquido

185.439 185.439

